

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 49

(Sem revisão final)

7 de maio de 2019

(09 h 38 m – 10 h 55 m)

Ordem do dia:

Audição do Dr. Francisco André, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

José de Matos Rosa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 9 horas e 38 minutos.

Temos hoje mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto de Material Militar ocorrido em Tancos.

Em conformidade com a convocatória expedida, antes da audição propriamente dita do Dr. Francisco André, temos a apreciação e votação de um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e que foi distribuído às Sr.^{as} e Srs. Deputados. De qualquer modo, se o Sr. Deputado António Carlos Monteiro quiser fazer a sua sintética apresentação, dar-lhe-ei a palavra de imediato.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este requerimento surge na sequência da audição do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Como sabem, foi determinada inicialmente uma auditoria à Polícia Judiciária Militar pelo ex-Ministro da Defesa que tivemos oportunidade de requerer. Soubemos, por declarações do Sr. Ministro da Defesa Nacional atual, que teria sido, na sequência de ter recebido o relatório dessa auditoria, ordenada uma inspeção à Polícia Judiciária Militar. O Sr. Ministro tornou públicas algumas das conclusões desse mesmo relatório e, portanto, penso que é fundamental para esta Comissão Parlamentar de Inquérito obter o relatório. Por essa mesma razão, propusemos que fosse oficiado o Ministro da Defesa Nacional para no-lo enviar.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições para pronúncia sobre este requerimento, passamos, obviamente, à sua votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que estamos a tratar destas questões, na sequência da aprovação deste requerimento, pedia ao Sr. Presidente que fizesse um ponto de situação relativamente ao prazo de entrega de um dos últimos documentos que foi aprovado nesta Comissão requerer: o memorando.

Não sei se nos pode dizer quando é que foi enviado o requerimento e quanto tempo já decorreu, para percebermos...

O Sr. **Presidente**: — Diria que terão passados os 10 dias, mas houve uma insistência... Já os informarei sobre o dia em que saiu, mas não houve ainda resposta da Procuradoria.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Era só para sabermos isso e se há mais alguma documentação que, entretanto, tenha chegado na sequência dos requerimentos que foram enviados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, os documentos que chegaram foram distribuídos, mas, de qualquer maneira, informarei assim que os

serviços me recordarem a data da expedição, sendo certo que presumo que já tenham decorrido os 10 dias. Mas informá-los-ei em conformidade.

Srs. Deputados, vou, então, chamar o Sr. Dr. Francisco André para podermos dar início à sua audição.

Pausa.

Vamos, então, iniciar a audição do Sr. Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André, a quem quero cumprimentar. Não tendo estado na última reunião, fui informado de que a audição começará pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tive oportunidade de questionar o Dr. Francisco André se pretendia usar da palavra, como regimentalmente é sua prerrogativa, tendo dispensado essa faculdade. Portanto, sem mais delongas, dava a palavra ao Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Dr. Francisco André, agradeço a sua presença nesta Comissão de Inquérito para nos ajudar a ponderar todas as implicações políticas do acontecido em Tancos.

Não vou gastar todo o tempo que está destinado ao Partido Socialista, mas queria fazer três ou quatro perguntas que são, para nós, relevantes. A primeira é a seguinte: o Sr. Dr. Francisco André chegou às funções de Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, penso que no dia 1 de outubro, e quando chegou a essas funções o assunto Tancos já tinha largos meses. Pode dizer-nos se essa sua chegada foi acompanhada, no âmbito da transição de funções, com alguma identificação de dossiê, com preocupação ou com alguma relevância especial por parte da sua antecessora que nos possa ajudar

a fazer o enquadramento do seu conhecimento e da sua iniciação, digamos assim, no processo de Tancos?

O Sr. Dr. **Francisco André** (Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia a todos. Queria, antes de mais, pedir desculpa por este ligeiro atraso que levou, passo o pleonasma, ao atraso no início dos trabalhos.

De facto, iniciei funções apenas no dia 1 de outubro de 2018, bastante tempo depois dos acontecimentos de Tancos que estiveram na origem desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E, quando iniciei funções, fui informado de que existia e existe no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro um dossiê sobre Tancos, um dossiê completo, apresentado pelo Ministério da Defesa, que é a cópia do mesmo dossiê que foi entregue ao Parlamento, salvo erro, em março de 2018, com a identificação de todos os acontecimentos, factos e documentos sobre esta matéria.

Portanto, foi essa a informação que recebi e é esse o dossiê que está arquivado no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nas audições que fizemos aqui com o Sr. Almirante Montenegro e com o Sr. General Vasconcelos, ficámos com a sensação de que os assessores militares do Sr. Primeiro-Ministro podiam não estar a desempenhar completamente as suas funções ou, pelo menos, no entendimento que alguns grupos parlamentares fizeram das funções de um assessor militar.

A ideia que passou foi a de que os assessores militares não eram ouvidos pelo Sr. Primeiro-Ministro e tinham uma participação intermitente no acompanhamento do processo de Tancos. Da sua experiência pode dizer-nos como desenvolveu o trabalho com os assessores militares e como é que eles aportaram com as suas informações ao processo de Tancos numa

perspetiva de acompanhar o Sr. Primeiro-Ministro numa leitura mais aprofundada do processo?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, como lhe disse, iniciei funções apenas no dia 1 de outubro de 2018, portanto, trabalhei apenas, e trabalho ainda, com um dos assessores militares que já foram ouvidos, neste caso o Major-General Tiago Vasconcelos que presta a sua assessoria naquilo que é o normal funcionamento do Gabinete, na preparação da agenda do Sr. Primeiro-Ministro no que diz respeito às matérias da Defesa Nacional ou de acompanhamento das Forças Armadas. Colabora na preparação dessa agenda, na preparação das intervenções, na preparação de processos legislativos que tenham a ver com este setor.

Sobre a matéria de Tancos, como lhe disse, todo este assunto já tinha acontecido quando iniciei funções e, portanto, não tem havido nenhum tipo de acompanhamento em especial por parte do assessor militar relativamente ao processo, com exceção, claro, dos esclarecimentos que já foram prestados aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Major-General Tiago Vasconcelos relativamente à interação que teve em outubro de 2018.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. General Tiago Vasconcelos disse-nos que, em outubro, entre os dias 9, 10 ou 11, tinha tido uma conversa com o Sr. General Martins Pereira e que, nessa conversa, tinha tido conhecimento de um célebre memorando que circula como tendo sido escrito ou da autoria do Sr. Major Brazão e do Sr. Coronel Luís Vieira.

Mesmo que aqui não se tenha concluído bem quem era o «pai da criança», a verdade é que o Sr. General Vasconcelos nos disse que tinha tido acesso a esse documento, a uma cópia, e que a tinha entregado ao Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Confirma essa circunstância?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, confirmo, sim. Tal como disse já o General Vasconcelos na semana passada, no dia 11 de outubro de 2018, em face das diversas notícias que foram sendo veiculadas pela comunicação social acerca desse documento, o General Vasconcelos decidiu contactar o General Martins Pereira para perceber em concreto qual seria o detalhe ou a veracidade daquilo que estava a ser veiculado.

Deu-me conta dessa diligência que iria fazer com o General Martins Pereira, à qual não me opus e até anuí, sendo que, na sequência desse contacto, no dia 12 de outubro de 2018, o General Vasconcelos recebeu da parte do General Martins Pereira esse documento. Nessa mesma manhã entregou-me esse documento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Depois de entregue esse mesmo documento, o Sr. Doutor, conhecendo nós a sua competência e a sua seriedade, com certeza que o entregou ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, obviamente que, em face da entrega desse documento por parte do General Vasconcelos na manhã do dia 12 de outubro, entreguei, assim que o recebi e vi o seu conteúdo, ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Temos tido aqui na Comissão uma dificuldade grande em aceder a esse memorando. O Sr. Doutor pode facultar-nos cópia desse mesmo memorando? Ou, não podendo facultar-nos essa cópia, pode dizer em abstrato o que é esse memorando dizia?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, este memorando, ou este documento, que foi entregue ao General Vasconcelos que, por sua vez, me entregou e que, como acabei de referir, na manhã do dia 12 de outubro

de 2018, entreguei ao Sr. Primeiro-Ministro, posso facultar. Não sou parte, digamos assim... Há uma investigação em curso, mas não tomei conhecimento do documento nessa investigação. Tenho o documento comigo e entrego-o, por uma questão de transparência e cooperação, a esta Comissão de Inquérito que fará o uso dele que entender.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado.

Sr. Presidente, pedia, então, para que, nos termos da lei, avaliasse se esse documento tem ou não qualquer limitação para ser distribuído e, depois, pelas vias normais e consideradas pelo Sr. Presidente, que seja distribuído pelos grupos parlamentares.

Pela minha parte, nesta primeira ronda, não tenho mais perguntas a fazer ao Sr. Dr. Francisco André.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Francisco André e agradeço as respostas que já deu.

Iria passar um pouco à frente, tendo em conta também as respostas dadas pelo Sr. Doutor. Em relação a esse documento, o memorando, que acaba de entregar, como não estou na posse dele, pode dizer que documento é, ou seja, se está timbrado, assinado, em branco? Quais as características desse documento efetivamente?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, penso que a forma mais... Daí ter entregado o documento a esta Comissão, para que os próprios membros da Comissão possam tomar conhecimento, avaliar e fazer a sua interpretação sobre ele.

Sobre o que me pergunta em concreto, o documento não está assinado, não está datado, não é timbrado. É um documento em branco, sem nenhuma destas características.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Ainda em relação ao documento, ele fala da recuperação das armas ou indicia alguma encenação da recuperação do material de guerra?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, como lhe disse, penso que a avaliação sobre o conteúdo do documento será mais facilmente feita por qualquer um dos Srs. Deputados do que indiretamente por mim. Daí, repito, ter entregado o documento à Comissão.

Em todo o caso, duas coisas resultam evidentes, na minha opinião, deste documento: uma é que, de facto, daquilo que consta naquelas páginas, há uma procura em tentar proteger, digamos assim, o informador que terá levado ao desfecho do processo. Também resulta dali que o despacho da Sr.^a Procuradora-Geral da República a atribuir a condução deste inquérito à Polícia Judiciária não terá sido respeitado pela Polícia Judiciária Militar.

Mas esta avaliação ou interpretação será mais facilmente feita pelos Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito, em face do documento que foi agora entregue.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Tendo em conta que, naturalmente, leu o documento e considerando, portanto, a leitura que fez ao mesmo, viu, nesse documento, alguma responsabilidade do então Ministro da Defesa, do Primeiro-Ministro ou do General ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, numa eventual encenação ou encobrimento? No seu entendimento, obviamente...

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Como lhe digo, Sr. Deputado, essa avaliação será feita facilmente pelos Srs. Deputados, mas, daquilo que eu li do documento, não resulta qualquer responsabilidade de nenhum dos órgãos ou responsáveis políticos referidos pelo Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Tendo em conta que também nesse dia 12 de outubro de 2018, o ex-Ministro da Defesa apresentou a sua demissão, considera que terá havido alguma relação entre a demissão do Ministro e a entrega desse documento e o facto de ele ter vindo a público dois dias antes, pelo Chefe de Gabinete, o General Martins Pereira?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, factualmente e cronologicamente, no dia 12 de outubro, de manhã, recebi este documento por parte do Major-General Tiago Vasconcelos, que o tinha recebido, por sua vez, do General Martins Pereira. Entreguei-o ao Sr. Primeiro-Ministro, também nessa manhã, que tinha uma audiência, uma reunião de trabalho com o Sr. Ministro da Defesa, já marcada antes da entrega deste documento. O Sr. Primeiro-Ministro devolveu-me esse documento ao final da manhã, já depois dessa reunião com o então Ministro da Defesa, Prof. Dr. Azeredo Lopes.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Uma última pergunta: no seu entendimento, considera que terá havido alguma encenação da recuperação do material ou ter-se-ia tratado, simplesmente, da recuperação do material de guerra?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, essa avaliação será feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e será feita no âmbito da investigação judicial em curso. Não me cabe a mim estar a fazer a avaliação,

até porque a única coisa que tenho, que conheço sobre essa parte é o que está naquele documento e aquilo tem sido veiculado pela comunicação social. Portanto, não me cabe, a mim, fazer essa avaliação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, acabei as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais cumprimento o Sr. Dr. Francisco André.

Pedia-lhe que procurasse reconstituir novamente a cronologia, mas tentando indicar as horas aproximadas.

Dia 11 de outubro, a iniciativa para procurar obter o documento foi do Sr. Chefe de Gabinete ou do Sr. Major-General Vasconcelos?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, o General Vasconcelos, neste dia 11, comunicou-me que, face às notícias, iria contactar o General Martins Pereira. Discutimos o assunto, pareceu-me que era, de facto, um bom caminho a tomar e, portanto, decidimos que seria uma boa diligência para perceber, de facto, o que se estava a passar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Isso foi a que horas? De manhã, de tarde, à noite, de madrugada?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não consigo precisar com exatidão, mas penso que foi no período da parte da tarde do dia 11 de outubro. Não consigo precisar com exatidão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E informou o Sr. Primeiro-Ministro que tinha essa diligência?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Informe-me o Sr. Primeiro-Ministro que estava, em conjunto com o assessor militar, a tentar perceber o que é que se passava, face àquilo que estava a ser veiculado publicamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É porque há aqui uma questão que confesso que não consigo entender. Tivemos aqui a Chefe de Gabinete do ex-Ministro da Defesa Nacional, a quem não ocorreu ligar ao seu antecessor, a perguntar se tinha o documento.

Confesso que gostaria de perceber a cronologia desta tentativa de encontrar o documento, por isso peço-lhe que procure recordar-se das horas a que teve essa conversa com o Major-General Vasconcelos.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Como lhe disse, Sr. Deputado, sobre aquilo que disse a anterior Chefe de Gabinete do anterior Ministro da Defesa Nacional, não tenho qualquer comentário a fazer sobre o que terá ou não feito.

Do que me recordo, de facto, e tenho a certeza, é que, no dia 11 de outubro, o Major-General Tiago Vasconcelos conversou comigo sobre a necessidade de tentarmos perceber o que é que estava em causa e terá sido, salvo erro, da parte da tarde, no dia 11 de outubro.

No dia 12 de outubro, de manhã, o General Martins Pereira entregou, ao início da manhã, este documento ao General Vasconcelos que, por sua vez, veio ter comigo ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro e que me entregou.

Na sequência dessa entrega, eu entreguei o documento ao Sr. Primeiro-Ministro, que tinha, como já lhe tinha referido, uma reunião antecipadamente marcada com o Sr. Ministro da Defesa Nacional de então, o Prof. Dr. Azeredo Lopes. E, ao final da manhã, o Sr. Primeiro-Ministro devolveu-me o documento e eu guardei-o.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Teve algum contacto com a Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Nesse dia?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nesses dias?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não, que me recorde, não tive nenhum contacto com a Chefe de Gabinete.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, não sabia que diligências é que estavam a ser desenvolvidas no Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional para tentar obter o documento?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, o que recorde é que o Sr. Ministro da Defesa de então sempre assegurou que não tinha conhecimento deste documento, tal como também o Sr. Primeiro-Ministro tinha assegurado, no dia 10 de outubro, em sede de debate quinzenal aqui, na Assembleia da República.

No dia 12, assim que recebi este documento da parte do General Vasconcelos entreguei-o ao Primeiro-Ministro e foi a primeira vez que o Primeiro-Ministro teve conhecimento deste documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Falou-nos no debate quinzenal.

O Sr. Primeiro-Ministro, quando foi para o debate quinzenal — que foi, salvo erro, a 11 de outubro —, tinha conhecimento já das diligências que estava a desenvolver, ou não?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, se não me falha a memória, e creio que não me falha a memória, o debate quinzenal foi no dia 10 de outubro e estas diligências foram feitas à tarde, ou ao fim da tarde, do dia 11 de outubro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É que tenho aqui o *Diário das Sessões* e diz 11 de outubro, portanto, por essa mesma razão é que estou a citar esta data, e estou a partir do documento que tenho aqui na minha mão.

Aquilo que não posso deixar de notar, uma vez que teve validação do Sr. Primeiro-Ministro, é que o Sr. Primeiro-Ministro, em resposta à Deputada Assunção Cristas, sobre a questão do memorando, diz o seguinte: «Presumo que a Sr.^a Deputada também não tenha assistido ao depoimento e que, portanto, teorize simplesmente com base naquilo que leu na comunicação social, fruto de fugas de informação e da prática do crime de violação do segredo de justiça. Pois acho que é muito mau caminho fazer política com base em informações cuja obtenção resulta da prática de crimes.».

E diz também, sobre a questão do memorando, na resposta ao Sr. Deputado Fernando Negrão: «...fico verdadeiramente curioso em saber como é que o Sr. Deputado sabe se o documento é ou não é importante. Não querendo acreditar que V. Ex.^a tem acesso a documentos em segredo de justiça ou que V. Ex.^a teve acesso a documentos que, pelos vistos, não

deviam de ser de circulação tão lata, como é que V. Ex.^a sabe se o documento é importante ou não é?».

A minha pergunta é esta: no entendimento do Sr. Primeiro-Ministro, parece que a obtenção deste documento consubstancia a prática de um crime de violação de segredo de justiça.

O Sr. Chefe de Gabinete considera que recebeu instruções, ou que o Sr. Primeiro-Ministro validou que o Sr. Chefe de Gabinete procurasse praticar um crime de violação de segredo de justiça? É isso que está aqui em causa?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — A informação que tenho é a de que o debate quinzenal — e tenho isso na agenda, portanto, não será uma questão de opinião, é uma questão que qualquer pessoa aqui conseguirá verificar — teve lugar no dia 10 de outubro de 2018, salvo erro uma quarta-feira. Estas diligências tiveram lugar no dia 11, à tarde, ao final da tarde, depois de já ter sido veiculada, por diversas vezes, na imprensa a existência deste documento e do seu conteúdo.

Portanto, nesse sentido, o assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, entendeu, depois de conversar também comigo, que era importante perceber o que é que estava em causa, se era verdade ou não que existia este documento e se o General Martins Pereira teria ou não, como se dizia também na imprensa, entregado esse documento às autoridades judiciais.

No dia 12 de outubro, o General entregou-me o documento, que eu, por minha vez, entreguei ao Sr. Primeiro-Ministro, no dia 12 de manhã.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não respondeu à minha questão.

Se o debate quinzenal é prévio, e se o Sr. Primeiro-Ministro usa como argumento, no debate quinzenal, que obter o documento é crime de violação

de segredo de justiça, se o Sr. Chefe de Gabinete validou essas diligências com o Sr. Primeiro-Ministro, no fundo, o entendimento do Sr. Primeiro-Ministro é de que estaria a cometer um crime. Ou isto seria apenas um argumento para tentar arrasar a oposição no debate quinzenal?

Era bom que esclarecesse isso.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, sobre a qualificação de como correu o debate quinzenal, deixo aos Srs. Deputados.

O que lhe posso dizer é que o General Martins Pereira entregou ao assessor militar, Major-General Tiago Vasconcelos, o documento e, quando o fez, entendeu que não estava a incumprir nenhuma regra, nem em violação do segredo de justiça.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Terei de insistir: o Sr. Sr. Chefe de Gabinete considerou que estava a cometer um crime quando procurou obter este documento?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Volto a repetir, Sr. Deputado: quando eu recebi o documento da parte do General Tiago Vasconcelos, que lhe foi entregue pelo General Martins Pereira que, ao ter-lhe entregado esse documento, considerou, objetivamente — porque o General Martins Pereira já tinha entregado esse documento às autoridades judiciais —, que não estava a incorrer em nenhuma violação do segredo de justiça. Nesse sentido, recebi o documento para se tentar perceber e compreender o que é que estava em causa e o que estava a ser veiculado pela comunicação social.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, não considerou, o Sr. Chefe de Gabinete, que estaria cometer um crime, é isso?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Eu considerei razoável e indicado receber um documento que estava a ser amplamente publicitado e referido na comunicação social e que me pareceu necessário para perceber o enquadramento de tudo o que se estava a dizer sobre este assunto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, a acusação de crime seria só para a oposição? Só a oposição é que não poderia...

Já agora, e uma vez que o memorando foi entregue ao Sr. Primeiro-Ministro no dia 12, como é que explica que o Sr. Primeiro-Ministro tenha dito — e foi publicado, no dia 26 de outubro de 2018 — que «... não tinha conhecimento do memorando, nem através de Azeredo Lopes, nem através de ninguém».

Considera que isto é uma afirmação correta, por parte do Sr. Primeiro-Ministro? Ou é falsa?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — O Sr. Primeiro-Ministro não faz afirmações falsas. Portanto, quando fez essa afirmação, no dia 26 de outubro, referia-se, objetivamente, a que, no período anterior a 12 de outubro nunca teria recebido nem nunca teria tido acesso a esse documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabe que não é feita essa precisão nas declarações?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não conheço nem tenho aqui a declaração em causa, mas o que posso assegurar é que o Sr. Primeiro-Ministro tomou contacto com este memorando pela primeira vez no dia 12 de outubro de 2018, porque foi nesse momento que lhe entreguei o documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, em Sintra, na sexta-feira dessa semana, dia 25 de outubro, vários dias depois de já ter o memorando, o Sr. Primeiro-Ministro negava que alguém lhe tivesse entregado o memorando.

Como é que explica isto?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Volto a referir-lhe, Sr. Deputado, que se o Sr. Primeiro-Ministro referiu isso, referia-se ao período anterior à entrega do memorando.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabe que não é feita essa precisão aqui. Portanto, objetivamente, aquilo que acaba por haver é uma declaração falsa do Sr. Primeiro-Ministro. É isso que, na realidade, resulta da comparação entre as declarações que foram prestadas, quer pelo Sr. Major-General Tiago Vasconcelos, quer pelo Sr. Chefe de Gabinete, e as declarações que o Sr. Primeiro-Ministro faz ao País. Não tem essa noção?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Volto a referir-lhe, Sr. Deputado: já lhe indiquei, cronologicamente e factualmente, como esta parte relativa à entrega do memorando ocorreu, e, portanto, essas declarações reportam-se, objetivamente, a um período anterior à entrega dele.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe, mas não reportam e não é feita essa precisão.

Pode explicar-nos novamente, em termos cronológicos, o processo de dia 12, de entrega dos documentos ao Sr. Primeiro-Ministro? A que horas é que foi? A reunião a que horas é que foi?

E, já agora, a que horas é que foi feito o convite para o novo Ministro da Defesa Nacional? Pode informar-nos sobre isso?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Repetindo, Sr. Deputado: no dia 12 de outubro de 2018, de manhã, o General Vasconcelos entregou-me este documento que, por sua vez, tinha sido entregue pelo General Martins Pereira. Recebi o documento e, em face do seu conteúdo, entreguei-o ao Sr. Primeiro-Ministro. Isto terá sido durante a manhã, não lhe consigo precisar a hora, mas terá sido no início/meio da manhã.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha marcado para esse dia uma reunião com o Sr. Ministro da Defesa de então, Prof. Dr. Azeredo Lopes, e depois dessa reunião o Sr. Primeiro-Ministro devolveu-me o documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E em relação às diligências para a substituição do Sr. Ministro da Defesa Nacional, tem ideia a que horas começaram?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não, não tenho conhecimento das diligências para o convite do novo Sr. Ministro da Defesa Nacional. O que lhe posso dizer é que tenho a convicção, porque discuti brevemente com o Sr. Primeiro-Ministro sobre o assunto, de que o Sr. Primeiro-Ministro recebeu o documento, teve essa reunião com o Sr. Ministro da Defesa Nacional e ficou com a plena convicção também que o Sr. Ministro da Defesa Nacional teria tido contacto com o documento apenas nesse dia e que teria sido a primeira vez que tinha tido acesso também a este documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E a questão de toda a ocultação que, no fundo, nos disse aqui em relação ao conteúdo do memorando, de que a Polícia Judiciária Militar tinha desenvolvido diligências à revelia daquilo que tinha sido decidido pela Sr.^a Procuradora-

Geral da República? Ficando com essa convicção, trocou ou não trocou essas impressões com o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Como disse, apenas discuti brevemente com o Sr. Primeiro-Ministro no momento em que entreguei o memorando e no momento em que o recebi de volta da parte do Sr. Primeiro-Ministro, portanto, não entrei no conteúdo do documento.

Quanto ao conteúdo do documento, volto a referir que tendo feito a entrega do documento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por uma questão de transparência, isso ajudará à prossecução dos trabalhos e os Srs. Deputados poderão avaliar em concreto, perante o documento, o que nele consta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas disse-nos que tinha ficado com essa convicção...

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Disse que, da minha interpretação do que está nesse documento, de cuja autenticidade e veracidade a única coisa que posso atestar é que me foi entregue pelo General Vasconcelos e que lhe foi entregue a ele pelo General Martins Pereira como sendo o mesmo memorando que já tinha sido entregue às autoridades judiciais, resultam duas coisas do conteúdo desse memorando que poderão confirmar quando fizerem a sua análise: há, de facto, ali uma preocupação relativamente à proteção do informador e que, de facto, terá havido uma atuação da Polícia Judiciária Militar, como disse o Sr. Deputado, à revelia daquilo que tinha sido definido pela Sr.^a Procuradora...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe, não foi como eu disse, foi como disse o Sr. Chefe de Gabinete. De ser à revelia do Ministério Público não foi declaração minha, foi do Sr. Chefe de Gabinete.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — É o que me parece resultar do documento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E não trocou impressões com ninguém sobre aquilo que, no fundo, é uma atuação particularmente grave da Polícia Judiciária Militar? Não trocou impressões com ninguém sobre isso?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Guardou para si?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, o documento que tinha sido entregue ao General Vasconcelos foi depois entregue ao Sr. Primeiro-Ministro que, entretanto, teve uma reunião com o Sr. Ministro da Defesa de então, que já estava marcada. A partir daí é público que nesse mesmo dia o então Ministro da Defesa apresentou a sua demissão. A partir desse momento, a investigação judicial está em curso. Portanto, parece-me que essas matérias...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Aquilo que nós percebemos é que, entretanto, o Sr. Ministro da Defesa Nacional tinha na véspera ordenado uma auditoria à Polícia Judiciária Militar, a qual já temos e praticamente... Enfim, não vou pronunciar-me sobre ela, mas levou a que

o novo Ministro da Defesa Nacional tivesse de ordenar, por sua vez, também, uma inspeção.

Portanto, pelos vistos essa auditoria não serviu de nada e gostaria de perceber qual foi a reacção em relação aos factos graves relativos ao funcionamento da Polícia Judiciária Militar e que foram levados ao conhecimento do poder político por duas vezes: uma no dia 20, quando foi entregue ao General Martins Pereira, um ano antes, e depois novamente ao poder político, quando o Sr. Major-General Tiago Vasconcelos lho entrega a si. Parece que não há absolutamente reacção nenhuma!

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, como sabe, foram feitas várias diligências pelo Ministério da Defesa Nacional, o Sr. Deputado acabou de referir duas: uma auditoria e uma inspeção à Polícia Judiciária Militar. Parece ser o caminho correto para perceber e apurar se, de facto, tudo correu termos dentro da legalidade.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, o Sr. Deputado Jorge Machado, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por agradecer o esclarecimento. Cheguei atrasado devido aos transportes públicos, uma vez que não há comboio mais cedo para Lisboa.

Só queria fazer uma pergunta que é a seguinte: qual é, no seu entendimento, a relevância do documento entregue? Porque estamos a falar de um documento que é entregue ao Gabinete do Primeiro-Ministro, mais coisa, menos coisa, praticamente um ano após o reaparecimento das armas e em que esta questão começa a suscitar dúvidas. Quero perguntar-lhe se, do

ponto de vista do Gabinete, ele tinha uma relevância que era extraordinária. Ou, como disse, como estava a ser amplamente difundido, a sua utilização foi meramente para reagir e estar em cima dos acontecimentos? Isto porque me parece ser mais esse o caso do que o outro.

Mais: acho que os responsáveis políticos que tiveram conhecimento do documento em tempo útil, o que deveriam ter feito era comunicar à Justiça. Isto é, qualquer pessoa tem a obrigação de comunicar um crime quando tem informação relativa a esse mesmo crime. Neste caso concreto, essa questão colocava-se ou não se colocava de todo? Porque a partir desse momento não tem relevância do ponto de vista da Comissão Parlamentar de Inquérito, na minha opinião. Era esta a pergunta que lhe queria colocar.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, quando este documento foi entregue pelo Major General Tiago Vasconcelos já tinha sido previamente entregue pelo General Martins Pereira às autoridades judiciais e, portanto, o contributo para a investigação judicial em curso estava feito. E, como diz — e bem — era preciso, face àquilo que estava a ser veiculado na comunicação social, perceber o enquadramento e saber do que estávamos verdadeiramente a falar. O General Vasconcelos tomou essas diligências, com a minha concordância, para percebermos em concreto do que estávamos a falar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sinto-me esclarecido, eu sabia disso. Quer dizer, era importante dar este contexto porque era grave se o documento tivesse chegado ao Gabinete do Primeiro-Ministro e não tivesse sido reportado à Justiça caso isso ainda não tivesse sido feito.

Na medida em que foi feito, perde qualquer relevância do ponto de vista daquilo que é a obrigação que o Primeiro-Ministro teria de comunicar essa informação ao Ministério Público. Tem outra relevância, sim, mas do

ponto de vista político, que já percebemos qual é. Do ponto de vista da Comissão Parlamentar de Inquérito não tenho mais nenhuma pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Sr. Deputado José de Matos Rosa, faça favor de usar da palavra.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, Colegas Deputados, a quem cumprimento, bem como ao Dr. Francisco André, a quem, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradeço a presença nesta Comissão.

Não é fácil colocar mais questões. A maior parte ou a totalidade já foi colocada, mas não queria deixar de fazer um pequeno ponto de situação. E há uma questão que não ficou bem esclarecida quando estive aqui o assessor militar na Comissão: qual é o papel e as competências do assessor militar?

Já focou, em parte, qual o relacionamento e se o assessor militar só se relaciona com o Chefe de Gabinete e nunca fala com o Primeiro-Ministro. Só para ficar esclarecido, a quem reporta o assessor militar? Como é feito o reporte da sua atividade? Com quem é combinada a atividade do próprio assessor militar: com o Primeiro-Ministro, com o Chefe de Gabinete? Para já, era esse esclarecimento que gostava que deixasse à Comissão.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Como lhe disse, iniciei funções no dia 1 de outubro de 2018, portanto, trabalhei apenas com este assessor militar Major General Tiago Vasconcelos, que esteve aqui há cerca de duas semanas. O que lhe posso dizer sobre isso é que não há uma regra completamente rígida, ou seja, o assessor militar acompanha todas as matérias que digam respeito à Defesa Nacional e às Forças Armadas, desde logo quando a agenda do Sr. Primeiro-Ministro incide sobre esse setor seja

na preparação das intervenções, na preparação do enquadramento do que se está a passar, do que vai decorrer.

Também trabalha bastante sobre o processo legislativo quando tem implicações, uma vez mais, no setor da Defesa ou das Forças Armadas e reporta, com regularidade, as atividades e os acontecimentos que vão tendo lugar neste setor. Reporta diretamente a mim, neste caso, enquanto Chefe de Gabinete, e reporta com bastante regularidade, tal como reporta diretamente ao Sr. Primeiro-Ministro. Há momentos em que tem reuniões só comigo e há momentos em que tem reuniões também com o Primeiro-Ministro, com quem contacta diretamente para o manter informado das situações que entende importantes serem do conhecimento do Primeiro-Ministro.

Dou-lhe um exemplo muito simples: no caso das forças nacionais destacadas cada vez que há uma atuação de uma Força Nacional Destacada (FND) que implique alguma sensibilidade, alguma questão para a segurança, obviamente que o assessor militar informa diretamente o Sr. Primeiro-Ministro, tal como também me informa a mim.

Portanto, sobre se há ou não reuniões do assessor militar com o Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que há reuniões do assessor militar com o Sr. Primeiro-Ministro, tal como há reuniões do assessor militar só comigo, dependendo, claro, em razão da matéria.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, ficou confirmado que o assessor militar lhe comunicou que iria pedir, se achasse bem — e achou e concordou —, o tal memorando que lhe foi entregue. Já escalpelizámos aqui toda a cronologia, com horas, minutos a que foi entregue, como foi entregue, a quem foi entregue.

Há uma questão que lhe coloco: este documento não está timbrado, é um papel em branco, não está assinado e, no fundo, relata só o que aconteceu. Para além deste documento, no tal dossiê que o Sr. Doutor referiu que está

no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, existem outros documentos que lhe chegaram entretanto? E quais, se for possível dizer? Existem ou não outros documentos para além do dossiê normal que nós temos aqui, na Assembleia, como referiu, na Comissão? Mas na Comissão não temos este memorando. Portanto, existe já um documento que não é igual neste dossiê. Existem outros documentos para além deste?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, não. Este memorando, este documento foi entregue, de facto, no dia 12 de outubro de 2018, já depois da entrega do dossiê ao Parlamento, que é exatamente o mesmo que está arquivado no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, e penso que será do conhecimento dos Srs. Deputados.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Nas conversas que teve com o assessor militar e com outras pessoas nesse curto espaço de tempo — estamos aqui um bocado emparedados nestas datas — falou ou alguma vez lhe foi referida esta questão de que existia uma investigação paralela desenvolvida pela PJ Militar?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não, Sr. Deputado, nunca me foi referido e essa perceção, além daquilo que era veiculado pela comunicação social, foi uma perceção que também tive ao ler aquele documento a que os Srs. Deputados terão — espero eu — tido acesso. Mas antes disso nunca tive nenhuma conversa e a informação que tinha sobre isso era aquela que também era veiculada pela comunicação social quando começaram a sair algumas notícias sobre o assunto.

Quanto ao anterior, recordo que entrei em funções apenas, de facto, no dia 1 de outubro de 2018, muito tempo depois dos acontecimentos de Tancos, seja quanto ao furto, seja quanto à recuperação e aparecimento do material.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha que posso inferir ou ficar com a ideia de que a tese de encenação só a partir desse momento em que foi entregue este memorando é que passou a ser discutida no Gabinete do Primeiro-Ministro com o assessor militar. Acha que posso dizer isto?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — O que o Sr. Deputado pode ou não pode dizer é uma prerrogativa...

Risos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Se é correto? O Sr. Doutor percebeu bem.

Mas eu reformulo a pergunta...

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Não precisa!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha que é correto e que estou a falar a verdade se disser que só a partir desse momento é que, no Gabinete do Primeiro-Ministro, o assessor militar, o chefe do Gabinete e o próprio Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa passaram a conhecer a questão da encenação?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, como disse, só no dia 12 de outubro é que recebi este documento. Antes disso, haveria algumas notícias na comunicação social.

Quanto à qualificação desses acontecimentos, há uma investigação judicial em curso e, portanto, não me cabe a mim pronunciar sobre a qualificação do que se passou em concreto. Há uma investigação judicial em

curso, ainda está a decorrer, e há esta Comissão Parlamentar de Inquérito que pode, também, apurar as responsabilidades e tirar as suas ilações.

O que lhe posso dizer é que, em face das notícias da comunicação social e das diligências do nosso assessor militar, recebemos este documento no dia 12 de outubro. Volto a referir que é um documento não timbrado, não assinado e não datado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Voltava à reunião entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Defesa que ocorreu a 12 de outubro. Esta era uma reunião normal que estava marcada ou foi uma reunião extraordinária entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — As reuniões do Sr. Primeiro-Ministro com os Ministros são sempre reuniões normais, portanto não consigo qualificá-la como...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Regular?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — O que posso dizer, Sr. Deputado, é que sabia que essa reunião já estava antecipadamente marcada a eu ter recebido o documento e já estava marcada, se não estou em erro, antes destas diligências do nosso assessor militar para tentar perceber o que se passava com as referências a um dito memorando.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha este memorando foi a gota de água para a substituição do Sr. Ministro?

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Deputado, sobre isso terão oportunidade de ouvir o então Ministro da Defesa, Prof. Azeredo Lopes, e

também terão oportunidade de ouvir o Primeiro-Ministro. Não vou aqui... Não tenho nenhuma opinião sobre se isto foi ou não a gota de água.

O que lhe posso dizer e que também já tinha dito em resposta a outro Sr. Deputado é que, do breve contacto que tive com o Sr. Primeiro-Ministro, o que me foi transmitido foi que o Sr. Primeiro-Ministro também ficou com a convicção e com a certeza de que o Sr. Ministro da Defesa de então tinha tomado conhecimento, que tinha visto este documento, pela primeira vez, nessa mesma manhã do dia 12 de outubro.

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Desde que tomou posse, portanto estamos a falar de 10, 11 dias, falou, ou não — não consegui perceber —, com o Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa? Falou com o próprio Ministro da Defesa antes do dia 12 sobre este assunto, sobre a recuperação do material?

O Sr. Dr. Francisco André: — Não falei.

Como disse, e bem, só tomei posse no dia 1 de outubro e, portanto, não tinha tido ainda tempo para falar com todos para tomar conhecimento de todas as matérias. Não falei com o então Ministro da Defesa, nem com o Chefe do Gabinete sobre este assunto.

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Foi o Sr. Ministro que pediu a demissão ou foi o Primeiro-Ministro que o demitiu? Ou chegaram a um consenso? Sabe alguma coisa sobre isto?

O Sr. Dr. Francisco André: — Vou ter de lhe responder o mesmo que já lhe disse há pouco: terá oportunidade de colocar essa questão ao Sr. Ministro de então, Sr. Prof. Azeredo Lopes. Mas, em todo o caso, aquilo que foi público no próprio dia foi a carta de demissão do Sr. Ministro da Defesa.

Mas, como digo, terá oportunidade hoje, penso eu, de colocar essa questão ao Prof. Dr. Azeredo Lopes.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não me pode esclarecer sobre se este memorando foi a gota de água que levou à demissão do Sr. Ministro, nem se foi o Sr. Ministro que pediu a demissão ou se foi o Sr. Primeiro-Ministro que o demitiu.

Sendo assim, agradecendo a sua disponibilidade, neste caso pouco me ajudou, sabendo eu que terei hoje à tarde o Sr. ex-Ministro da Defesa em audição aqui na Comissão. Também colocaremos as perguntas devidas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar a uma segunda ronda que, como sabem, é diferente da primeira, na medida em que as perguntas são colocadas de modo contínuo após o que o depoente prestará os esclarecimentos. Pedia ao Dr. Francisco André a amabilidade de ir apontando as questões que forem colocadas.

Dava, então, a palavra ao Sr. Deputado Ascenso Simões, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, o debate quinzenal foi no dia 10 de outubro de 2018 e a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro começa assim: «321 000 postos de trabalho. Este é o total dos empregos criados desde o início desta Legislatura».

Talvez o esquecimento não seja tanto pelas afirmações do Sr. Primeiro-Ministro a propósito de Tancos, mas mais por esta conquista dos 321 000 postos de trabalho do início da Legislatura até à altura.

Sr. Presidente, Sr. Dr. Francisco André, em nenhum momento, na semana de 20, em que o Sr. Primeiro-Ministro falou sobre esta matéria se

referiu a qualquer circunstância posterior à demissão do Sr. Ministro da Defesa. Ou seja, o Sr. Primeiro-Ministro, nas referências que faz, na semana de 20, falou sempre, em todas as circunstâncias, das realidades anteriores à demissão do Sr. Ministro da Defesa. E elas são claras em todas as notícias dos jornais.

A segunda questão que é a relevante é que o Sr. General Martins Pereira tem um documento que entrega ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao seu assessor militar. Esse documento é entregue pelo Chefe de Gabinete ao Sr. Primeiro-Ministro.

Esse documento, na perspectiva do Sr. Primeiro-Ministro, é um documento político relevante e está tratado, no âmbito do processo, através da sua relação entre o General Martins Pereira e o processo. Portanto, não há aqui nenhuma dúvida sobre a tramitação deste documento que deve ser avaliado sob ponto de vista político e foi avaliado sob esse ponto de vista com certeza.

A terceira questão que também é muito relevante é a de que o Sr. Ministro Azeredo Lopes informou — a carta é conhecida e as suas afirmações também são — que o seu conhecimento sobre o memorando, sobre esse documento em branco se verificou poucas horas antes da sua própria demissão.

Portanto, o que é relevante desta audição é o facto de termos hoje um documento que é importante sob o ponto de vista político para que a Comissão possa também avaliar as consequências políticas do que aconteceu em Tancos.

Em nome do Partido Socialista, só me compete agradecer a sua vinda, sendo que estas minhas considerações não carecem de qualquer resposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não tenho questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, depois de ouvirmos o depoimento do Sr. Deputado Ascenso Simões, acho que é importante fazermos algumas perguntas ao Sr. Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

Compreendo a dificuldade com que se encontra aqui, nomeadamente entre a matéria de facto à qual tem responder e não tem como não responder e o dever de lealdade que tem para com o Primeiro-Ministro. Esse é um problema que temos verificado ao longo das audições.

Relembro: o anterior Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, General Martins Pereira, recebeu o documento, telefonou ao Ministro da Defesa Nacional, não nega que tenha entregado o documento ao Sr. Ministro, mas também não confirma! Ou seja, ficamos num limbo.

O que é um facto é que esse documento não foi registado. Tornando-se público esse mesmo documento, através da comunicação social depois da Operação Húbris por parte da Polícia Judiciária, temos a sucessora do General Martins Pereira, Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional na altura, que é uma pessoa próxima do Sr. Primeiro-Ministro — é bom lembrar que era a ministra das finanças na Câmara de Lisboa, era a vereadora das finanças—, a dizer que procurou o documento mas que não o encontrou. E não se lembra de telefonar ao seu antecessor para saber se ele o teria!

Quem se lembra de o fazer é o Sr. Dr. Francisco André que, na sequência da receção desse mesmo documento, o entrega ao Sr. Primeiro-Ministro. Como é óbvio, qualquer Chefe de Gabinete o faria.

O que não podemos deixar de sublinhar é a incongruência das declarações no âmbito político relativamente a esta matéria entre um Sr. Ministro da Defesa que diz que não sabe, que desconhece completamente a existência do documento e que não lhe foi entregue nenhum documento — quando sabemos que foi! — e as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, no debate quinzenal, a dizer que a obtenção desse documento seria violação do segredo de justiça para, admitimos nós, terminado o debate quinzenal, dar instruções ao seu Chefe de Gabinete para o obter.

Pelos vistos, tudo vale na argumentação que é usada nos debates quinzenais!

A seguir, do mesmo modo que o Sr. Primeiro-Ministro, de forma absolutamente leviana, disse que tinha sido recuperado todo o material, com base num comunicado em que foi, aliás, dito aqui pelo Sr. Assessor militar que não era possível fazer aquelas declarações, vem o Sr. Primeiro-Ministro, já tendo conhecimento do documento no dia 25 de outubro dizer que não conhecia! Sem colocar a questão do ponto de vista cronológico dizendo: não conhecia no passado, agora já conheço... Até porque tinha acabado de dizer no debate quinzenal que a simples obtenção desse documento era violação do segredo de justiça!

Portanto, o que percebemos é que vale tudo! Vale tudo para tentar varrer Tancos para debaixo do tapete! Foi essa a atitude que o Governo teve.

Protestos do PS.

Foi registado este documento que foi entregue pelo Sr. Major-General Vasconcelos? Foi registado na documentação do Gabinete do Primeiro-Ministro? Há esse registo? Ou estamos também perante um daqueles documentos que fica guardado e que está apenas nalgumas pastas ou nalguns telemóveis para ser utilizado quando tal é considerado útil?

Aquilo que percebemos é que, num documento que tem a gravidade de, na interpretação do Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, indiciar uma violação de instruções da Sr.^a Procuradora-Geral da República, chefes de gabinete e responsáveis políticos tinham conhecimento do que estava a acontecer e nenhuma atitude quiseram tomar! Essa acaba por ser a única conclusão possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não vou fazer declarações para a ata ou para a comunicação social, vou limitar-me às perguntas.

Pergunto ao Sr. Doutor se um documento que não está datado ou assinado, nem tem identificação possível pode ser arquivado ou dar entrada oficialmente no registo. É admissível esse tipo de comportamento?

Muitas vezes se refere a esta questão de se deu entrada ou não, mas tenho de perguntar se é possível dar entrada de um documento que não está datado ou assinado nos arquivos de qualquer entidade pública que trate destas matérias.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Está agora concluída esta ronda. Dava a palavra, então, ao Dr. Francisco André para responder às questões que eventualmente tenham sido colocadas.

O Sr. Dr. **Francisco André**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre as questões que foram colocadas, gostaria apenas de deixar claro, primeiro, que não há nenhuma dificuldade, nem nenhuma contradição entre a lealdade

ao Primeiro-Ministro, que é total, e o respeito à verdade que se me impõe, através das declarações nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Depois, gostava de referir, uma vez mais, para que não restem dúvidas sobre a cronologia dos factos: no dia 10 de outubro, no debate quinzenal, o Sr. Primeiro-Ministro assegurou ao Parlamento que não tinha conhecimento de nenhum documento, nem deste memorando. Só no dia 12 de outubro de manhã é que teve conhecimento desse memorando, quando eu lhe fiz essa entrega. E as declarações, que já foram aqui referidas, já mais próximas do final do mês de outubro, referiam-se, objetivamente, ao período que antecedeu a demissão do Sr. Ministro da Defesa. Portanto, não é possível ser lido nem compreendido de outra forma.

Quanto à questão do registo e do arquivo, das condições de guarda do documento, não há aqui nenhuma questão, nem nenhuma dificuldade sobre o registo.

De facto, não se dá entrada nem se regista um documento que não é assinado, datado ou timbrado — não é fácil formalizar a entrada em registo disso —, mas, mais importante, e que gostava de sublinhar, para que também não restassem dúvidas, o documento foi guardado e foi entregue, há pouco, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, quanto a ser ou não ser registado, a verdadeira questão é se ele pode ou não ser disponibilizado ou se havia aqui qualquer outro objetivo.

O objetivo é ser transparente. O documento está aqui e foi entregue a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que pode agora tomar conhecimento e analisá-lo.

Penso que respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos ainda, para uma terceira ronda, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, até 3 minutos, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, esta é a penúltima audição, depois de umas dezenas de audições e de muitas horas de trabalho. É a segunda vez que ouço, nesta Comissão, a consideração de que o Governo tentou varrer para debaixo do tapete.

Um Governo que tenta varrer para debaixo do tapete não entrega ao Parlamento um documento que está em sua posse e que ajuda o Parlamento a tomar conhecimento real das circunstâncias.

Estas considerações são, para mim, bastante lamentáveis. Ou seja, poderia regressar ao caso dos submarinos ou ao caso Portucale, mas, por consideração pelo Dr. Paulo Portas, e como prezo o Dr. Telmo Correia, tais casos não são para aqui chamados.

Portanto, gostaria que, neste final de trabalho, pudéssemos conter-nos no que devem ser as apreciações sobre o trabalho da Comissão e sobre aquilo que aconteceu. Ou seja, ninguém, até agora, varreu o que quer que seja para debaixo do tapete. Não façamos desta consideração a consideração que marca a Comissão, porque ninguém esteve aqui a varrer para debaixo do tapete.

Portanto, queria deixar esta consideração, este registo, para que, neste final de trabalhos, possamos continuar o caminho para o apuramento das responsabilidades que a Comissão considerar apurar ao longo destes trabalhos, principalmente no relatório final.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que o Sr. Deputado João Vasconcelos prescinde do uso da palavra, tem a palavra, nos mesmos termos, o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, já percebemos que já não são questões que são colocadas. Percebo a dificuldade do Partido Socialista.

Cada vez que se vê aflito, o Partido Socialista tenta ir buscar casos que foram, aliás, objeto de Comissão de Inquérito, para depois desenterrar e fazer emergir novamente.

Mas o Partido Socialista está a enfiar uma carapuça nesta Comissão de Inquérito — e se o Sr. Deputado Ascenso Simões estivesse atento, tê-lo-ia percebido — quando a acusação que eu estava a fazer era ao Governo.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Desde a sua confusão entre os dias 10 e 11...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Partido Socialista faz bem! Faz bem em enfiar essa carapuça,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Qual carapuça?!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... porque, aquilo que eu disse foi que, desde o início do processo de Tancos, percebemos que quer as entidades militares, quer o Governo quiseram varrer Tancos para debaixo do tapete. É isso que se percebe!

Aliás, é bom lembrar que quem nunca deixou cair Tancos, para além do CDS, foi o Sr. Presidente da República, porque o Governo foi quem declarou que o caso de Tancos estava encerrado! Ou já se esqueceu, Sr. Deputado Ascenso Simões, dessa mesma declaração?

Esqueceu-se de que o Sr. Primeiro-Ministro disse que tinha sido recuperado todo o material? E já percebemos que não foi recuperado todo o material.

Já percebeu, também, que o Sr. Primeiro-Ministro, para debate quinzenal, diz que não se pode ter acesso ao memorando, porque estaria em segredo de justiça — e mal ficaria se a oposição tivesse acesso a esse mesmo memorando! —, para, terminado o debate quinzenal, dar instruções ao seu Chefe de Gabinete para obter o memorando?!

E, obtido o memorando,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Isso não aconteceu!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E, obtido o memorando, o que é que faz a seguir?

Faz declarações a dizer «não, eu não tenho memorando, não sei o que é que aconteceu com o memorando...»??

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Isso não aconteceu! Não sei o que hei de fazer mais por si, Sr. Deputado!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não aconteceu? Não aconteceu?!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não sei o que hei de fazer mais por si, Sr. Deputado!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Basta contrastar...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Basta contrastar as declarações do Sr. Primeiro-Ministro à comunicação social com os factos que, neste momento, já temos apurados na Comissão.

O Partido Socialista, aí sim, enfiará o barrete, a carapuça, de estar a não querer saber o que se passou, efetivamente, em Tancos, e a varrer Tancos para debaixo do tapete, se não quiser dar por certos factos que já estão aqui mais do que devidamente comprovados e que demonstram estas mesmas contradições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, registo que passaram já quase 6 minutos e nenhuma pergunta foi colocada ao depoente, propósito principal desta e de todas as rondas.

O Sr. Deputado Jorge Machado também me indica que não pretende usar da palavra.

Não tendo sido colocada nenhuma questão ao depoente, nesta ronda, não se justifica dar-lhe a palavra para responder a questões que não foram colocadas.

Resta-me, assim, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a presença e o depoimento do Dr. Francisco André e recordar às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados que hoje, às 14 horas e 30 minutos, teremos a audição do ex-Ministro da Defesa Nacional, o Prof. Azeredo Lopes.

Está encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.